

**DA ANÁFORA À ‘ANÁFORA INDIRETA’:
CORREFERENCIALIDADE E INFERÊNCIA**

Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (UFF)
rachel_maria_moraes@yahoo.com.br

1. Introdução

Neste trabalho, propõe-se, a partir de Marcuschi (2005), uma graduação entre anáfora e “anáfora indireta”. Discutem-se, além disso, os conceitos de correferencialidade e de inferência e suas implicações para identificação do mecanismo anafórico.

A correferencialidade é bastante comum nos exemplos de anáfora. Considerando-se as noções de objeto de discurso e de referente, pode-se reinterpretar a concepção mais restrita de correferencialidade, sem, contudo, contrapor-se à ideia de progressão referencial.

Por inferência, entende-se a atividade mental feita pelo leitor do texto que, a partir de seu conhecimento de mundo, tem acesso a informações que não estão explícitas no texto, mas que se “ancoram” em informações deste. A inferência é necessária para a compreensão da anáfora em geral, e em particular para a compreensão da “anáfora indireta”.

Para exemplificar a estratégia de progressão referencial representada pela anáfora, será analisada uma crônica de Moacyr Scliar, publicada no *Jornal Folha de São Paulo*, a partir da qual serão discutidos exemplos de anáfora e de “anáfora indireta”. Como a anáfora representa uma das estratégias de progressão referencial, faz-se necessário apresentar e definir os conceitos de referenciação e de progressão referencial, para possibilitar a melhor compreensão dessa estratégia. Para isso, utilizam-se diversos trabalhos sobre o assunto (KOCH, 2002; KOCH & MARCUSCHI, 1998; entre outros).

Desta forma, faz-se a trajetória dos estudos sobre anáfora aos estudos sobre “anáfora indireta”, na tentativa de demonstrar que a anáfora, muito mais do que uma estratégia de “retomada” de um referente, relaciona-se a fatores pragmáticos e semânticos dos textos e, portanto, à sua produção e recepção.

2. *Referência: abordagem clássica*

A linguagem, em todos os tempos, foi uma das grandes preocupações do ser humano. Até o século XIX não havia, contudo, uma ciência que estudasse a linguagem separadamente, ficando, desta forma, os estudos a este respeito vinculados à filosofia.

No século I a.C., os estóicos elaboraram uma teoria a respeito da linguagem.

Segundo Araújo (2004, p. 19-20),

Para eles, a razão recebe as idéias mediante as sensações, a memória e a experiência. Daí nascem os conceitos. A representação, sendo intelecção pela qual se reconhece a verdade das coisas, permite que haja assentimento, compreensão e pensamento. [...] No processo de significação, há três elementos: o significado, o signo e a coisa, que pode ser uma entidade física, uma ação, um acontecimento. Sua análise distinguia ainda sons produzidos fisiologicamente de sons articulados, isto é, a palavra que precisa de um correlato para subsistir.

[...] para os estóicos, só se diz algo, só há palavra, se houver conteúdo de caráter não visível, incorpóreo, ente da razão. O dizível, que pertence a essa categoria, pode ser aproximado à noção de proposição. As palavras que a compõem são os significados. As partes da proposição, sujeito e predicado, são entendidas como conteúdos, unidades culturais.

Nota-se, entre os estoicos, menção ao que, mais tarde, seria denominado teoria da referência e, no século XX, teoria da referenciação. Para eles, o valor de um signo depende da relação deste signo com um fato anterior.

Também merece destaque, a contribuição de Agostinho (354-430), para uma teoria do signo e sua relação com a realidade.

Segundo Araújo (*op. cit.* p. 21), na obra *De Magistro*, ele considera que falar é exteriorizar “o sinal de sua vontade por meio da articulação do som”.

A linguagem serve para ensinar ou recordar, serve também para a fala interior, que é o pensamento de palavras aderidas à memória. [...] Contudo, há palavras que [apesar de serem sinais], nada significam [como, por exemplo, as conjunções e preposições, já que não remetem a coisa alguma].

Agostinho ressalta que, quando não for possível indicar o significado das palavras abstratas apontando para algo, este sinal deve ser interpretado por meio de outro sinal, como um gesto, por exemplo. [...] São considerados sinais, segundo Agostinho, gestos, palavras ou letras. As

palavras, por sua vez, são sinais verbais que remetem a outros sinais. Isto demonstra haver, por parte de Agostinho, conhecimento a respeito do que, mais tarde, seria explicado como teoria da referência.

As orações, segundo o autor, se compõem de nomes e a presença de verbo assegura tratar-se de uma proposição. A palavra, como ressalta Agostinho, resulta da verbalização, enquanto o nome se relaciona ao que o espírito conhece ou compreende. Portanto, para memorizar, se pergunta o nome de algo e não a palavra utilizada para nomear. Agostinho esboça, deste modo, o problema da nomeação.

Vale ressaltar que, para Agostinho (1979 *apud* ARAÚJO, *op. cit.* 21-22),

O significado se esvazia se não houver referente, conteúdo, coisa significada, tanto que conhecer as coisas é preferível que conhecer os sinais correspondentes; falar é valioso porque possibilita [...] usar os sinais no discurso. Apesar de a maioria das coisas depender do sinal para ser transmitida e ensinada, o conhecimento resultante é mais valioso do que os sinais [...].

Agostinho não leva em conta que a ação esteja carregada de sentido. Deste modo, fatos e objetos, para o autor, não são fonte de conhecimento. O conhecimento não vem, assim, das palavras que significam os objetos, mas dos próprios objetos. Agostinho ressalta que a palavra não se torna sinal pelo fato de se aprender seu significado, mas pelo fato de se aprender a que ela se refere, sua denotação. Segundo este autor, na primeira vez que é ouvido, o som não é compreendido como sinal. Desta forma, o sinal somente é aprendido ao se fazer remissão a algo.

Também merece destaque o nominalismo, do qual Quine foi um dos maiores defensores. Para este estudioso, [...] os conceitos referem não pela relação com as coisas, mas devido a certas relações que as classes estabelecem. [...]

A teoria de Saussure (1852-1913), considerado o pai da linguística e do estruturalismo, também tem grande importância. Para este estudioso, não há relação direta entre os signos linguísticos e os referentes aos quais se referem estes signos. Para Saussure, as questões que envolvem a referência não fazem parte da linguística, já que a linguística que, segundo ele, estuda somente a *langue*, se ocupa somente de relações intrassigníficas. A referência é entendida, deste modo, como uma relação extralinguística.

Finalmente, na abordagem clássica da referência, ainda merece destaque a ideia do “espelho”, exposta por Mondada & Dubois (2003) e

presente em várias teorias da abordagem clássica. Os referentes, segundo esta ideia, pertencem, necessariamente, à realidade concreta e atuam como um “espelho” que reflete esta realidade. Desta forma, é possível fazer referência, somente, ao que existe na realidade concreta e, portanto, no mundo real.

A este respeito, afirmam Mondada & Dubois (2003, p. 18):

[...] As respostas a respeito das questões de como a língua refere o mundo são diferentes, de acordo com os diversos quadros conceituais. A maior parte delas, porém, pressupõe ou visa uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas, correspondência dada, preexistente e perdida, [...] esta perspectiva se exprime através das metáforas do “espelho” e do reflexo e, mais recentemente, do (mapping matching), que se referem todas a uma concepção especular do saber e do discurso, considerada como uma representação adequada da realidade. (RORTY, 1980 *apud* MONDADA&DUBOIS, 2003).

Segundo Menezes, (2009, p. 37), [...] A trajetória do pensamento sobre referência é acompanhada pelo dilema das dicotomias, o que de alguma forma também ocorre com as trajetórias de concepção de outros fenômenos de linguagem.

Ainda segundo a autora, há uma noção objetivista de referência, que enfatiza a relação língua e realidade concreta, versus uma noção subjetivista, que focaliza a relação língua e pensamento. Há ainda outra dicotomia, representada por uma concepção de estabilidade referencial, que corresponderia ao estado das coisas no mundo, versus uma concepção de desestabilidade generalizada, que impediria qualquer possibilidade de apreensão.

Foram apresentadas, neste item, as teorias mais importantes para a abordagem clássica da referência, representadas pelos estudos de Agostinho, Quine e Saussure.

3. *Anáfora*

Denominam-se estratégias de referenciação, e, mais recentemente estratégias de progressão referencial, os procedimentos responsáveis por introduzir e manter a referência em determinado texto, seja ele oral ou escrito.

Uma estratégia de progressão referencial muito utilizada é a anáfora.

Será discutida, neste item, a abordagem clássica desta estratégia de progressão referencial. Em particular, será estudado o que atualmente se denomina anáfora direta e, neste grupo, a anáfora por repetição e por elipse ou anáfora zero. Também será apresentado o conceito de correferencialidade e sua relação com anáfora direta.

Segundo Marcuschi, (2005, p. 54), “originalmente, o termo “anáfora”, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase”.

No período em que se estudava a abordagem clássica da anáfora, anos 1970, esta estratégia de progressão referencial era entendida como sinônimo de uma simples retomada de um referente anteriormente explícito no texto. Desta forma, um dos tipos de anáfora mais comuns era a anáfora por repetição, normalmente representada por pronomes pessoais do caso reto e do caso oblíquo, que consistia em nada mais que uma simples retomada de um referente anteriormente ativado e, portanto, já explícito. A anáfora é, então, compreendida, na abordagem clássica, como um processo de reativação de referentes prévios. Esta estratégia de progressão referencial estabelece, além disso, uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. A anáfora direta atuaria, portanto, como uma espécie de substituto do elemento retomado.

Segundo Marcuschi (*op. cit.*, p. 55),

A visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referencialização textual em toda a sua complexidade, pois nem sempre há congruência entre a anáfora e seu antecedente, nem toda anáfora recebe uma interpretação do contexto de uma atividade de simples atribuição de referente.

O autor destaca que o caso da anáfora correferencial não é paradigmático das anáforas em geral e que o pronome, ao contrário do que se postulava na época, não é uma classe de palavra tipicamente anafórica, já que, para Marcuschi, não existe uma classe de palavra funcionalmente anafórica. A anáfora é, desta forma, em sua essência, um fenômeno de semântica textual de natureza referencial e não de clonagem referencial.

Ainda merece destaque, a respeito da abordagem clássica da anáfora, o estudo feito por HALLIDAY & HASAN, nos anos 1970, a respeito das anáforas por elipse. Segundo Halliday & Hasan, “a referência da elipse ou anáfora zero é possível de ser construída em contextos de correferência”. (HALLIDAY & HASAN, 1976 *apud* KOCH, 2002).

4. Referenciação e anáfora: abordagem discursiva

Será estudada, neste item, a abordagem discursiva da referenciação, defendida, atualmente, por diversos linguistas, como Ingedore Koch, Luiz Antônio Marcuschi e outros.

A referência é vista, de acordo com esta abordagem, como uma atividade discursiva e cognitiva, isto é, uma atividade construída no e pelo discurso. Desta forma, os referentes não são entidades congeladas, mas uma instância de referencialidade efêmera.

Para Koch, [...] a referenciação é uma atividade discursiva [...] pressuposto este que implica uma visão não referencial da língua e da linguagem, uma posição também defendida por Mondada (1995, p. 278) e [outros] [...]. (KOCH, 2002, p. 79)

Esta visão atual da referenciação como uma atividade discursiva e cognitiva é compartilhada, como mencionado acima, por diversos autores.

Koch & Marcuschi (1998) afirmam que a progressão referencial se baseia numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento e que tal relação se estabelece no discurso. Deste modo, os referentes não fazem, necessariamente, parte da realidade concreta, mas de uma realidade discursiva.

Segundo Marcuschi, *apud* Cavalcanti, 2005:

Tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos, o que representamos, nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo está ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da idéia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sócio-cognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto. (CAVALCANTI, p. 125)

Da mesma forma que as ideias sobre referenciação passaram da abordagem clássica à abordagem discursiva, com o conceito de anáfora, ocorreu a mesma modificação.

A anáfora é entendida na atualidade (anos 2000) discursivamente e não mais como repetição de palavras ou de expressões. Este entendimento possibilita tanto a ampliação do conceito de anáfora quanto das idéias a respeito de referência e de referenciação em geral.

Segundo Marcuschi (*op.cit.*, p. 55),

[...] hoje, na acepção técnica, [o conceito de anáfora] anda longe da noção original. [Este] termo é usado para designar expressões, que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo, assim, para a continuidade tópica e referencial.

Na abordagem discursiva da anáfora, ocorre a divisão desta estratégia de progressão referencial em diversos tipos de anáfora, que apresentem características divergentes entre si.

Destaca-se, dentre eles, o que Marcuschi (2005), denomina anáfora indireta.

Segundo o autor (*op. cit.*, p. 53), [...] [a anáfora indireta] é geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto.

Pode-se afirmar, deste modo, que na anáfora “indireta” trata-se de uma estratégia de progressão referencial implícita. Destacam-se, dentre as características das anáforas indiretas, o fato de este tipo de anáfora não reativar referentes, mas ativar referentes implícitos no texto e se ancorarem no universo extra-textual (co-texto).

Pode-se afirmar, ainda, que, na abordagem discursiva, a anáfora possibilita, em muitos casos, a recategorização de referentes. A recategorização, uma estratégia própria da progressão referencial, pode ser compreendida como a reativação de um objeto anteriormente ativado na realidade discursiva.

Segundo Neves (2006, p. 114),

[...] o objeto pode não ter sido configurado apenas discursivamente, e, desse modo, pode já ter recebido uma designação no texto. Ainda segundo a autora, ele pode já ter sido nomeado (categorizado) e, nesse caso, ocorre uma recategorização.

Nota-se que, na abordagem discursiva da anáfora, o contexto exerce função essencial no que diz respeito à construção dos referentes ativados ou reativados.

Vale ressaltar que a anáfora direta e a anáfora indireta configuram o contínuo da anáfora que vai da maior explicitude e correferencialidade (anáfora direta) à menor explicitude e correferencialidade (anáfora indireta).

5. Análise

Texto:

Cara de velho, cabeça de velho (Moacyr Scliar)

QUANDO FICOU SABENDO que as máquinas de vender cigarros seriam equipadas com um dispositivo capaz de avaliar a idade do comprador pelas rugas de seu rosto, ficou irritado e preocupado. Irritado porque, apesar de ter apenas 13 anos, era um fumante inveterado, consumindo pelo menos uma carteira por dia, e não admitia que alguém tentasse impedi-lo de fazer isso. Várias vezes a mãe, viúva (o pai falecera quando ele era ainda criança), pedira que o filho deixasse de fumar; ele sempre respondia com impropérios. "Sou dono do meu nariz", gritava. "Pouco me importa se o fumo faz mal ou não, eu quero fumar e vou continuar fumando." O problema, portanto, não era a mãe. O problema era a máquina. Com a mãe podia gritar, a mãe podia ser intimidada; a máquina não. Se a implacável lente mirando seu rosto transmitisse para o computador uma imagem incompatível com o rosto de um adulto, ele estaria simplesmente ferrado. A máquina era o lugar onde sempre comprava, porque em outros lugares jamais lhe venderiam o produto. Só havia uma coisa a fazer: arranjar cara de velho (velho, para ele, era qualquer pessoa com mais de 20 anos). Mas de que maneira? Menino inteligente, várias possibilidades lhe ocorreram. A primeira: usar, diante da máquina, uma máscara de velho, dessas que são vendidas em lojas de disfarces. Mas isso seria um problema. Se, diante da máquina, colocasse a máscara, não faltaria alguém para denunciar a fraude aos responsáveis, o que seria no mínimo um aborrecimento. Outra possibilidade: maquiagem. Tinha uma vizinha que era maquiadora profissional, poderia lhe pedir que o transformasse num ancião, ou pelo menos num adulto capaz de comprar cigarros. Mas isso exigiria que a procurasse periodicamente. A moça acabaria cansando dessa história. Além disso, a idéia de andar maquiado pela rua não lhe agradava. Só restava uma alternativa: ficar mesmo com cara de velho. Sabia que rugas aparecem com o tempo, com as preocupações, com o sofrimento. Mas poderia acelerar esse processo, mediante esforço pessoal. E foi o que fez: todos os dias ficava na frente do espelho, franzindo a testa, contraindo a face, tudo para produzir rugas. E rugas começaram mesmo a surgir, ou pelo menos assim ele o achava. Mas ao mesmo tempo uma estranha mudança começou a ocorrer. Ele agora se sentia velho, olhava o mundo com olhos de velho, e de velho rabugento. Já não podia suportar garotos barulhentos, garotos desaforados, garotos que não respeitavam pessoas de idade. Meu Deus, pensava, não é que as rugas estão mesmo me envelhecendo? Só havia uma solução: parar de fumar. Foi o que fez. As rugas sumiram. Uma tossezinha seca que o incomodava sumiu. Não briga mais com a mãe. E aguarda com tranquilidade o dia em que se transformará num velho, enrugado, mas contente consigo próprio.

5.1. Comentários:

Nesta crônica de Moacyr Scliar, a progressão referencial pode ser analisada da seguinte maneira:

No primeiro parágrafo do texto, a forma verbal “ficou” faz menção ao referente reconhecido na progressão do texto como “menino”. Esse referente é recategorizado ainda neste parágrafo, pela idade (13 anos) e pelo sintagma nominal “fumante inveterado”. Nesse sintagma, o substantivo fumante atua como núcleo e o adjetivo “inveterado” atua como adjunto adnominal deste núcleo. No segundo parágrafo da crônica, no trecho “o pai falecera quando ele era ainda criança,” o “menino” é retomado pelo pronome reto “ele”. Como este pronome se refere a um “objeto” anteriormente explícito, há, nesse trecho, um exemplo de anáfora. Ainda nesse parágrafo, também são exemplos de anáfora o sintagma nominal “o filho” em “pedira que o filho deixasse de fumar” e o pronome reto “ele” em “ele sempre respondia com impropérios”. No trecho destacado, há correferencialidade, já que os exemplos de anáfora fazem referência a um mesmo objeto de discurso.

Entende-se por correferenciais, quando um ou mais itens se referem a um mesmo referente. A correferencialidade é bastante comum nos exemplos de anáfora. Também é correferencial o pronome reto “ele”, no trecho “ele estaria simplesmente ferrado”, em que há novamente um exemplo de anáfora, já que este pronome se refere ao “menino”. Também faz referência ao “menino.”

O pronome oblíquo “lhe”, no trecho: “Mas a idéia de andar maquiado pela rua não lhe agradava.” Neste trecho, ocorre um exemplo de anáfora, pois o referente “menino” foi anteriormente explícito no texto. Contudo, o pronome oblíquo “lhe” é menos correferencial do que o pronome reto “ele”, já que o leitor precisa entender a que este pronome se refere.

No terceiro parágrafo, no trecho Sabia que rugas aparecem com o tempo, com as preocupações, com o sofrimento. Mas poderia acelerar esse processo, mediante esforço pessoal. E foi o que fez: todos os dias, ficava na frente do espelho, franzindo a testa, contraindo a face, tudo para produzir rugas. Há exemplos de anáfora por elipse. Desta forma, os verbos saber (no pretérito imperfeito), poder (no futuro do pretérito), ser (no pretérito perfeito) e fazer (no pretérito perfeito), todos na terceira pessoa do singular e no modo indicativo, se referem ao menino, referente implícito neste trecho da crônica, mas que, pode, facilmente, ser recuperado pelo leitor do texto. Os exemplos de anáfora por elipse são, por sua vez, menos correferenciais do que os de anáfora, já que o leitor precisa recuperar os termos elípticos. Pode-se dizer, nos casos de anáfora por elipse

destacados no trecho em estudo, que a elipse ocorre com base na correferencialidade, ou seja, a correferencialidade possibilita a elipse.

Também se refere ao “menino” o pronome possessivo “seu”, no trecho “Se a implacável lente mirando seu rosto”, no terceiro parágrafo. Neste trecho, ocorre um exemplo de anáfora “indireta”, pois o leitor precisa inferir, a partir do contexto que a expressão “seu rosto” faz referência ao “rosto do menino”. Deste modo, “seu rosto” não faz propriamente referência ao “menino”, mas ao “rosto” dele. Nota-se que, se se pensar em um “continuum” da anáfora, “ele” e “o filho” são correferenciais, “lhe” menos correferencial, os exemplos de anáfora por elipse menos correferenciais, mas ainda há correferencialidade e “seu rosto” é não correferencial, o que classifica o trecho em estudo como anáfora indireta, que, desta forma, necessita de inferência por parte do leitor. Ainda neste parágrafo, no trecho “E rugas começaram mesmo a surgir, ou pelo menos assim ele o achava.” Há um exemplo de anáfora, pois o pronome reto “ele” se refere ao “menino”, um objeto explícito anteriormente na crônica.

Ainda no trecho em estudo, o pronome oblíquo “o” em “ele o achava.”, é um exemplo de anáfora encapsuladora. Deste modo, o pronome “o” retoma (e encapsula) a expressão “rugas começaram a surgir”.

6. Conclusão

Neste trabalho, propôs-se, a partir de Marcuschi (2005) uma graduação entre anáfora e anáfora indireta. Discutiu-se, além disso, os conceitos de correferencialidade e de inferência assim como suas implicações para a identificação do mecanismo anafórico.

A correferencialidade é bastante comum nos exemplos de anáfora. Considerando-se as noções de objeto de discurso e de referente, pode-se reinterpretar a concepção mais restrita de correferencialidade, sem, contudo, contrapor-se à ideia de progressão referencial.

Por inferência, por sua vez, entende-se a atividade mental feita pelo leitor do texto que, a partir de seu conhecimento de mundo, tem acesso a informações que não estão explícitas no texto, mas que se “ancoram” em informações deste. A inferência é necessária para a compreensão da anáfora em geral, e em particular para a compreensão da “anáfora indireta”.

Para exemplificar a estratégia de progressão referencial representada pela anáfora, foi analisada uma crônica de Moacyr Scliar, publicada no Jornal Folha de São Paulo, a partir da qual foram discutidos exemplos de anáfora e de “anáfora indireta”. Pelo fato de a anáfora representar uma das estratégias de progressão referencial, fez-se necessário definir e explicar os conceitos de referenciação e progressão referencial, para a melhor compreensão desta estratégia.

Para isso, foram utilizados diversos trabalhos sobre o assunto como Koch (2002), Koch & Marcuschi (1998); entre outros.

Fez-se, deste modo, a trajetória dos estudos sobre anáfora aos estudos sobre “anáfora indireta”, na tentativa de demonstrar que a anáfora, muito mais do que uma estratégia de “retomada” de um referente, se relaciona a fatores semânticos e pragmáticos da produção textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

CAVALCANTI, Mônica. Anáfora e dêixis: Quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore et al. *Referenciação. Clássicos da linguística*. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore G. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. In: *DELTA*, vol. 14. São Paulo: 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore et al. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MENEZES, Vanda Maria Cardozo de. Da referência à referenciação. In: XII CNLF. Vol. X. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2009.

SCLIAR, Moacyr. Cara de velho, cabeça de velho. *Folha de São Paulo*. Cotidiano. São Paulo: Folha Press, 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200822.htm>. Acesso em: 02-07-2011.